



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 592, DE 2012, ADOTADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE "MODIFICA AS LEIS Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, E Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010, PARA DETERMINAR NOVAS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO DOS ROYALTIES E DA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS SOB O REGIME DE CONCESSÃO, E PARA DISCIPLINAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO SOCIAL", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 14h30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 03, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Leonardo Picciani, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 592, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia e Ana Rita, dos Senadores Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Lindbergh Farias, Inácio Arruda e José Pimentel e dos Deputados Luiz Alberto, Carlos Zarattini, Leonardo Picciani, Heuler Cruvinel, Sérgio Zveiter, Bruno Araújo, Beto Mansur, Mendonça Filho, Anthony Garotinho, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Sarney Filho, Alex Canziani, Arolde de Oliveira, Esperidião Amin, Laercio Oliveira e Hugo Leal. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. A Presidência passa a palavra ao relator, Deputado Carlos Zarattini, que apresenta seu Plano de Trabalho. Lido o Plano de Trabalho, é aberta a discussão. Encerrada a discussão, é colocado em votação e aprovado. O Vice-Presidente comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Senador Vital do Rêgo para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Vital do Rêgo. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior. A ata é aprovada. Usam da palavra os Senadores Sérgio Souza, Inácio Arruda e Vital do Rêgo e os Deputados Paulo Rubem Santiago, Luiz Alberto, Laércio Oliveira, Mendonça Filho, Anthony Garotinho, Espiridião Amin e Sarney Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Vital do Rêgo, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Deputado LEONARDO PICCIANI
Vice-Presidente



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 592, de 2012.

A reunião de hoje terá dois momentos. No primeiro, eu convido o Relator, Deputado Carlos Zarattini, a apresentar ao Plenário o plano de trabalho a ser adotado nesta Comissão. E, assim que tivermos número regimental para a realização da eleição do Presidente, nós iremos realizá-la. O Senador Sérgio Souza deixou a Comissão, e a Liderança do PMDB do Senado Federal indica, por um acordo de Lideranças, o Senador Vital do Rêgo para assumir a Presidência. Assim que tivermos número regimental, faremos a eleição do Presidente e passaremos a condução dos trabalhos ao Presidente.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui cumprimentar todos os Deputados, todos os Senadores e colocar que eu acho que nós vamos ainda enfrentar muito debate aqui em função de uma possível decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o encaminhamento a ser dado na votação dos vetos presidenciais. Todos sabemos aqui que o projeto aprovado pela Câmara é oriundo do Senado, do qual o Senador Vital do Rêgo foi Relator, e teve trechos vetados e vários desses trechos foram substituídos por artigos desta Medida Provisória 592. Então, evidentemente, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal e da Mesa do Congresso, nós poderemos ter outra situação política aqui para discutir esta Medida Provisória.

Nós estamos apresentando aqui uma proposta de trabalho, em que, no primeiro momento, queremos discutir aqui e ouvir dos responsáveis do Governo as perspectivas de produção de petróleo e gás no Brasil. Nós tivemos aqui, recentemente, declarações da Presidente da Petrobras sobre uma redução da perspectiva de aumento de produção. Quer dizer, na verdade, no ano de 2012, não se aumentou a produção como se esperava por parte da Petrobras e das outras empresas. Também a Agência Nacional de Petróleo anunciou novas rodadas de licitação e também deve ser feita uma avaliação do Ministério de Minas e Energia.

Então, propomos que, em uma data a ser marcada pelo Presidente, na primeira audiência pública, convidemos o Secretário de Petróleo e Gás, Marco Antônio Martins, do Ministério de Minas e Energia; a Diretora-Geral da ANP, Magda Maria Chambriard; e a Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster.

Em um segundo momento, nossa proposta é ouvirmos o ponto de vista dos Estados confrontantes ou produtores. Propomos aqui que três governadores possam ser convidados: o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande; o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Teríamos, então, o ponto



de vista desses Estados confrontantes em relação à distribuição das receitas de *royalties* e participação especial.

Em uma terceira data, o ponto de vista dos Estados não confrontantes. Então, o Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes; o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; e o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Assim, nós teríamos governadores de três regiões diferentes do País.

Eu acredito que talvez mais adiante tenhamos que fazer, talvez seja possível fazer, uma quarta audiência para discutir a destinação do *royalty* em relação à educação e, para isso, ouvir o Ministro da Educação e outros pontos de vista, como, por exemplo, o do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que tem uma posição contrária a essa, o Sr. Paulo Ziulkoski. Poderíamos talvez marcar uma quarta audiência num segundo momento.

Essa é a nossa proposta inicial de trabalho que queríamos apresentar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Paulo Rubem. Em seguida, o Deputado Luiz Alberto.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados integrantes da Comissão, eu gostaria de saudá-los neste retorno às atividades da Câmara e do Senado e, aproveitando a iniciativa do Deputado Zarttini, no tocante à discussão específica das vinculações para a educação, eu, que fiz parte, como Deputado titular, da comissão que cuidou da aprovação do Fundo Social do Pré-sal e, ao mesmo tempo, fui também titular da comissão que discutiu na Câmara o Plano Nacional de Educação – foi de nossa autoria o destaque para a aprovação da meta do financiamento de 10% do PIB –, sugeriria, Deputado Zarattini, que, para a audiência à qual V. Exª se referiu, nós convidássemos a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que congrega hoje mais de 200 instituições, é a referência nacional para os estudos de financiamento da educação, de fontes de financiamento. Inclusive, por intermédio do seu coordenador, o sociólogo Daniel Cara, já publicou uma avaliação preliminar do que foi dito acerca da MP nº 592.

Creio que será uma contribuição de alta qualidade técnica, com a experiência de quem veio acompanhando a discussão do Fundeb, em 2006, do fim da DRU na educação, em 2009, e agora, do Plano Nacional.

Eu gostaria, portanto, de sugerir que nós incorporássemos a esta audiência específica sobre a educação a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Relator Zarattini, eu quero, primeiro, parabenizar a nossa Comissão, que



volta a debater um tema tão importante, e concordar com o roteiro proposto pelo Deputado Zarattini em relação às audiências públicas.

Eu queria sugerir, Deputado Zarattini, para a oitiva de governadores de Estados não confrontantes, que V. Ex^a convidasse, propusesse um convite ao Governo do Estado da Bahia. Por quê?

A Bahia é um Estado que tem uma experiência acumulada na indústria de petróleo, vivenciou por longo período esse processo do significado de *royalties* do petróleo e os resultados da indústria de petróleo no seu processo de desmonte, quando a produção começa a diminuir, o processo de desativação da indústria de petróleo. Essa experiência é muito importante, até para consolidar a nossa ideia da distribuição dos *royalties* para todos os Estados brasileiros, independentemente da sua confrontação com os campos produtores.

Eu entendi a lógica de V. Ex^a, de colocar três Estados em cada audiência. No caso dos produtores, não haveria mais de três; quanto aos não produtores, teríamos 24. Não estou sugerindo que sejam os 24, mas apenas incluir o Estado da Bahia, que vai contribuir bastante nesse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Leonardo Picciani, Sr. Relator, Carlos Zarattini, quero dizer da alegria de estar aqui, representando o Senado Federal, no momento em que estamos discutindo a Medida Provisória nº 592, que reputo de suma importância dentro de um processo maior, não apenas, Sr^{as} e Srs. Deputados, aquilo que está posto na frieza da lei, mas muito mais do que se construiu ao longo desses últimos três anos, desde 2010, 2011 e 2012, quando o Senado e a Câmara participaram de longos debates a respeito da destinação dessa riqueza do povo brasileiro.

V. Ex^a, Sr. Relator, produziu, com muito esforço, ao longo de quatro meses, um texto importante, como nós o fizemos também no Senado.

Entendo, Presidente Picciani, que, quanto a esta medida provisória que veio por força de um vazio legislativo, da necessidade de que o Governo, o Poder Executivo, pudesse dispor de normas que fizessem valer a sua condição de poder licitante desta riqueza, nós estamos vivendo um momento importantíssimo em que, membros desta MP, não podemos desperdiçar.

Entendo que há uma ansiedade muito grande – e hoje é a data para a decisão do Supremo Tribunal Federal – acerca de um movimento lícito, juridicamente posto à apreciação do Ministro Relator da matéria, Luiz Fux, que vai pôr em pauta, vai sobre a mesa colocar à apreciação dos demais membros do Supremo Tribunal Federal. A par dessa decisão, certamente esta Comissão terá novos caminhos a perseguir em busca de um consenso.

Quero fazer o consenso dessa proposta, porque eu acho que nesta Comissão nós teremos um terreno extremamente fértil. Aqui estão presentes o



Relator da matéria na Câmara e autor do substitutivo ao projeto do Senado; o autor do projeto originário, que é o Relator revisor, o Senador Wellington Dias, teve um mal-estar há pouco, pela manhã, mas está refeito; precisa apenas repousar e, por isso, justificou sua ausência. Então, nós temos os três autores, do Senado e da Câmara, de uma proposta. E a Comissão bem representada pelos seus membros pode produzir um acordo importante sob as mãos do Relator Zarattini.

O calendário, ou a proposta de audiências públicas, tem um equilíbrio – o Deputado Alberto colocou há pouco. Há um equilíbrio em que possamos ter os membros do Ministério de Minas e Energia, o Secretário de Petróleo, o da ANP e o da Petrobras. Sob o ponto de vista dos Estados confrontantes – essa é a terminologia tecnicamente perfeita –, nós teremos os Governos do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo; dos Estados não confrontantes há uma perspectiva. Aí, eu me acosto às manifestações de outros parlamentares, que possam solicitar a presença de outros governantes, até buscando a proporcionalidade federativa neste aspecto, para que possamos ouvir, por exemplo, o Governador da Bahia, que será muito bem-vindo.

Entendo que devemos também aprovar, Relator, Presidente, o quarto ponto do seu plano de trabalho que foi verbalmente anunciado por V. Exª, que são os objetivos e a destinação dos *royalties*. Já se tem como perspectiva a convocação da Confederação Nacional dos Municípios, o Ministério da Educação e agora, pelo Deputado Rubem Santiago, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem um trabalho condensado que eu conheço. Aprovo a iniciativa do Parlamentar.

Ademais, quanto ao calendário para as audiências públicas, certamente, o Presidente Picciani, quando esta Comissão puder escolher a Presidência titular, nós haveremos de com o Relator e com os companheiros colocar.

Quero, ao final desta intervenção, me dirigir especialmente ao Senador Sérgio Souza e dizer da felicidade de poder sucedê-lo como indicado do PMDB nesta Comissão.

Por força de uma série de atribuições, V. Exª declinou da indicação e o PMDB me fez, até por força de uma história de trabalho nesta matéria. Mas o gesto de V. Exª, do companheirismo, ao declinar da possibilidade de presidir esta Comissão e me fez seu indicado ao Líder Eunício Oliveira, me traduz uma responsabilidade muito grande ao estar ao lado do Deputado Picciani e do Deputado Zarattini.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Boa tarde a todos!



Os trabalhos começaram. Eu ainda não fui almoçar hoje. Acredito que muitos aqui ainda não. Várias comissões estão trabalhando ao mesmo tempo. Ainda temos a instalação de uma comissão importante no Senado, a de Agricultura. Vamos ter eleição daqui a alguns minutos, mas eu não poderia deixar de estar aqui para dizer que este é um assunto que interessa a todo o povo brasileiro, em especial ao povo do meu Estado.

Deputado Zarattini, que vai ser o Relator desta Medida Provisória, o meu Estado é um dos injustiçados, juntamente com o Estado do Piauí – o Senador Vital do Rêgo sabe e conhece muito bem isso. Porque é inadmissível, ou incompreensível pelo menos, você ter uma fronteira de mar e de repente, a poucos quilômetros da costa, aquilo não existe mais.

No Estado de São Paulo, que é o de V. Ex^a, e no Estado de Santa Catarina, as linhas se cruzam a poucos quilômetros da costa e aí nós não sabemos também se é de Santa Catarina ou se de São Paulo, porque passa a ter uma...

Então, essa é uma situação sobre que nós já tentamos, em outro momento, conversar aqui. E ocorre da mesma forma no Piauí, Estado do Senador Wellington Dias, Relator revisor nesta Comissão.

Eu gostaria de requerer a V. Ex^a que possamos enfrentar esse debate aqui nesta Comissão do Congresso Nacional, que é especialmente para tratarmos dessa questão dos *royalties* do petróleo. Estamos falando da exploração do petróleo em mar, e poderemos debater essa questão dos mares dos Estados. Talvez seja muito importante. Para o meu Estado, não tenho dúvida.

Se possível, Sr. Presidente – que vai ser escolhido dentro em breve –, tendo em vista todas as funções que tenho assumido no Senado Federal, como a Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, a titularidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e outras tantas comissões de que faço parte – inclusive venho de uma reunião agora há pouco na Casa Civil para debater a questão da MP dos Portos – não tenho dúvida de que V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, que já conhece todas as peculiaridades deste tema, fará uma excelente trabalho na condução desta MP.

Então eu já, de imediato, gostaria de deixar registrada a minha vontade de tratarmos, numa audiência pública ou nos debates da Comissão, essa questão das linhas geodésicas dos Estados, para definirmos por vez e por lei, e não por uma interpretação feita por um órgão regulamentador; não sei nem se é regulamentador, mas por um parecer de um órgão federal, um órgão de estatística federal que define hoje quais são as regras de linhas geodésicas para exploração no mar do petróleo brasileiro.

Muito obrigado. Sucesso a todos.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Boa tarde a todos!



Quero cumprimentar o Presidente Picciani e, de igual modo, todos os colegas Deputados e Senadores aqui presentes.

O meu pleito vai na mesma linha do colega da Bahia com referência à inclusão do Governador do Estado da Bahia como um dos palestrantes dentro do ponto de vista dos Estados não confrontantes.

Sou de Sergipe, Estado produtor de petróleo, e de igual modo entendo que o Estado tem uma contribuição muito importante para apresentar nesta discussão aqui. Por isso, gostaria de solicitar ao Relator que incluísse um convite para que o Governador do Estado de Sergipe se fizesse presente nessa audiência pública para também discutir conosco. E aproveito a oportunidade para desejar, como o Senador colocou há poucos instantes, sucesso para todos; que nós possamos discutir, nesta Comissão, este assunto que é tão importante para o destino e para o futuro do nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Informo ao Plenário que ainda faltam, na verdade, duas assinaturas na Câmara dos Deputados para que possamos fazer a deliberação do plano de trabalho apresentado pelo Deputado Zarattini.

Aproveito, Deputado Zarattini, que ainda não temos quórum para, primeiro, parabenizar V. Exª pelo plano de trabalho apresentado e perguntar se V. Exª me permite fazer algumas ponderações e sugestões a V. Exª.

No item 1, V. Exª – e acho que está corretíssima a lógica apresentada por V. Exª – sugere o convite ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional do Petróleo e à Petrobras. Eu faria a sugestão a V. Exª de que nós convidássemos também o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo. Por quê? Porque, ao tratar da perspectiva de produção, creio eu, nós devemos ouvir também as empresas privadas que produzem petróleo no País. Aqui, nós estamos ouvindo apenas o Governo e a empresa estatal que produz petróleo. Então, eu sugeriria o convite ao Instituto Brasileiro de Petróleo, que representa as empresas privadas que produzem petróleo no nosso País.

Quanto ao item 2, acho que, evidentemente, está de acordo. São, de fato, os Estados mais afetados nesta discussão.

No item 3, acho que está correto o critério apresentado por V. Exª, de distribuição regional, um do Sul, um do Centro-Oeste, um do Norte e Nordeste.

A sugestão do Deputado Luiz Alberto tem fundamento. A Bahia é um Estado que tem experiência na produção de petróleo, bem como Sergipe, como lembrado pelo Deputado Laercio, mas, se não me falha a memória, um Governador que foi muito atuante nesse tema e que eu não vi convidado aqui foi o Governador de Pernambuco. Eu acho que, talvez, ouvir o Governador de Pernambuco, que foi, sem dúvida nenhuma, o Governador do Nordeste mais empenhado nessa legislação. E talvez o do Ceará... O do Ceará já está proposto. Eu, de repente, deixaria a sugestão.



Quanto ao quarto tema, acho fundamental a vinda do Ministro Mercadante e da Confederação Nacional dos Municípios, mas eu sugeriria também a convocação dos representantes dos Municípios produtores de petróleo. Eu não sei como é organizado no Espírito Santo e no Estado de São Paulo, mas, por exemplo, no Rio de Janeiro existe a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo. O Deputado Garotinho pode lembrar bem.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Permite-me, Deputado Picciani?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Não sei se é a Prefeita Rosinha ou o Prefeito Aluizio que preside a... Atualmente, é a Prefeita Rosinha Garotinho. Então, fica a sugestão que pudesse incluir um convite à Prefeita Rosinha Garotinho, em representação à Organização dos Municípios Produtores de Petróleo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Deputado Picciani, permite-me? Eu gostaria de sugerir que fosse no segundo painel aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Mas é porque eu creio que tenha que ser no mesmo da CNM.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sim, mas lá é que a discussão seria mais sobre...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Porque a CNM trará...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – ... a destinação do *royalty*.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – A CNM trará uma posição sobre a destinação dos *royalties*. Não necessariamente sobre a divisão. Pode ser os Municípios produtores inclusive para falar da experiência da aplicação dos *royalties*.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Deputado Picciani, só para colaborar. Seria bom. Não tenho discordância quanto à sua sugestão, mas Estados como a Bahia, por exemplo, produtores, o Rio Grande do Norte, não sei se o Ceará, mas esses Estados também têm associação de produtores. Quer dizer, seria melhor precisar, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Nós poderíamos chamar, se me permite aqui tentar um ensaio de uma proposta, Deputado Luiz Alberto – e tem total razão V. Ex^a –, uma associação dos Municípios produtores do Sudeste; outra, dos Municípios produtores do Nordeste; outra, do Sul; do Norte. No Centro-Oeste não há produção. Se V. Ex^a entender que dessa forma fica melhor atendido, eu proporia assim. Acho que V. Ex^a tem razão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Estamos aqui debatendo o plano de trabalho sugerido pelo Deputado Carlos Zarattini. Eu gostaria aqui,



Deputado, que a questão das linhas geodésicas também fosse tratada dentro do plano de trabalho, que constasse do plano trabalho a questão da discussão das linhas geodésicas. E sugerir que esse tema seja tratado em uma dessas audiências – e, pelo que estou percebendo aqui, pode ser que precisemos de mais uma audiência –, porque é um tema, realmente, muito importante. Nós precisamos dar um resultado, uma resposta para isso. Então, eu gostaria que a colocação desse tema no plano de trabalho fosse submetida também à análise da Comissão, primeiramente – lógico – ao crivo do Sr. Relator.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Só complementando, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Poderia ser um momento separado, porque é um assunto muito específico. E eu sugeriria que viesse um representante do IBGE, que foi quem elaborou essas linhas, e também da ANP, para explicar exatamente como é feito o cálculo, porque, além das linhas, existe também uma série de outras definições, para se dizer que o *royalty* é deste ou daquele.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Pode ser o diretor responsável.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sim. Então, um representante da ANP que não a Diretora Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – O diretor específico.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sim, específico. E um representante do IBGE.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – E um representante dos Estados, desses dois Estados específicos, para mostrar e demonstrar. Pode ser da universidade, pode ser uma entidade que represente muito bem. Eu posso pensar em alguma entidade que tem isso como foco, como bandeira, como estudo de muitos anos. No meu Estado do Paraná, por exemplo, a Universidade Federal do Paraná vem tratando, analisando, estudando isso há muito tempo, como a OAB, a Federação das Indústrias e o próprio Governo do Estado do Paraná.

Eu gostaria de requerer a V. Ex^a, uma vez ouvida a Mesa Diretora dos trabalhos, a possibilidade de eu sugerir um representante do Estado do Paraná nessa audiência pública, que seria, meu caro, Senador Vital do Rêgo, específica para tratar do tema. Seria isso, Deputado Leonardo?

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Exatamente. Essa é a proposta do Deputado Zarattini. Então, seria uma quinta audiência, que trataria sobre as linhas geodésicas. Usei a expressão utilizada pelo Senador Sérgio Souza.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Tem sentido.



Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Minha preocupação é... Depois da Emenda Calmon, eu tenho dito que o maior aporte de recursos para a educação vem com esta medida provisória. Eu me preocupo no sentido de que possamos afinar mais o debate em torno da questão que considero central, que é a destinação desses recursos para a educação no Brasil, para não transformarmos a nossa Comissão num novo debate sobre redistribuição dos *royalties* entre Estados e Municípios, porque essa é outra matéria. Nós estamos tratando da destinação desses recursos para a educação.

Acho que poderíamos fazer um bom trabalho com o Ministro da Educação, com o Conselho Nacional de Educação, com os órgãos da educação que têm interesse direto, a União Nacional dos Estudantes, a Associação Nacional dos Pós-Graduandos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Acho que essas são as pessoas e as instituições que estão com grandes expectativas em relação à aprovação dessa medida provisória, para não transformarmos novamente a matéria numa nova batalha de distribuição dos *royalties*. Essa já está em curso; está até no Supremo Tribunal Federal. Imagine se transformarmos a medida provisória numa nova confrontação em torno dessa questão da redistribuição entre Estados e Municípios dos *royalties* do petróleo e do gás! Talvez tivéssemos que afinar mais na direção que a matéria exige, que é a destinação dos recursos para a educação.

Eu não quero nem propor nomes, mas eu acho que nós deveríamos ouvir estas instituições: Ministério da Educação, UNE, Ubes, SBPC. A educação está numa expectativa em relação a esses recursos.

Nós fizemos uma proposta quando tratamos da regulamentação do novo marco regulatório, que, infelizmente, foi vetada na época, mas já destinava 50% dos recursos, por exemplo, do Fundo Social para a educação. Já era um caminho. Mas houve um veto, talvez uma incompreensão, naquela época, de que deveríamos vincular mais esses recursos à educação, porque, destinando-os à educação, nós trataríamos de vários temas, à medida que se formaria melhor o povo brasileiro.

Então, meu caro Carlos Zarattini, se pudermos tratar da medida provisória nesses termos, considero que sairemos melhor na Comissão e não nos engalfinharemos tanto, porque senão corremos o risco de transformar essa medida provisória numa nova peleja em relação à distribuição dos *royalties* entre Estados e Municípios e não fazer a sua destinação para educação, ciência e tecnologia, que é o objetivo central da medida provisória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Relator Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – O Senador colocou uma questão importante e política.

No início, nós aqui colocamos também essa questão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que vai se dar hoje, e as consequências desse posicionamento. No entanto, como nós estamos aqui definindo um calendário, e a medida provisória trata de distribuição... Ainda que possamos falar: “Isso é uma questão já resolvida”, efetivamente ainda não se resolveu. Então, nós estamos aqui levando em conta isso.

Nós podemos também, num segundo momento aqui, falar: “Então, vamos só nos reduzir à questão da destinação para a educação ou para...”

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não é reduzir. É tratar da questão principal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Principal, sim. Mas, efetivamente, hoje trata de dois assuntos a medida provisória.

Então, eu queria só, por enquanto, manter essa perspectiva, até que tenhamos outras definições, e acatar a sua sugestão, Senador, em relação a convidar, no quarto debate, que tratará da destinação dos *royalties*, também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que também teve um papel muito grande nesse debate – lá na Câmara, pelo menos, estiveram muito presentes. Então, acho que, no quarto debate sobre a destinação dos *royalties*, incluiríamos aqui a SBPC.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Para uma questão de ordem, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Sr. Presidente, eu, ao chegar à Comissão Mista, me deparei com uma situação que confronta uma decisão da Deputada Rose de Freitas, no exercício da Presidência do Congresso Nacional, que, respondendo a uma questão de ordem do nosso Partido, o Democratas, assinalou o que está consagrado no Regimento Interno das duas Casas Legislativas – Câmara e Senado –: a lista de presença de Senadores e Deputados, quando da reunião de Parlamentares, tendo em vista uma Comissão Mista para analisar uma medida provisória, tem que permanecer no recinto onde se realiza a sessão que aprecia e discute a medida provisória. E fui informado por um dos funcionários aqui do Senado que, conseqüentemente, dá assessoria à Comissão Mista que a lista estava fora do recinto e que teria sido levada para fora do recinto da Comissão, o que contraria uma decisão da Presidente Rose de Freitas. Aliás, o nosso Partido tem-se deparado com esse tipo de situação, que contraria inclusive o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal.



A gente quer discutir aqui a questão do objeto dessa medida provisória de forma democrática, plural, respeitosa com as posições do Governo, mas a gente não pode tolerar que o Regimento venha a ser desrespeitado.

Então, eu queria colocar essa questão, esse fato para V. Exª e pedir providências para que isso não se repita.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Mendonça, eu determino à Secretaria da Comissão que mantenha a lista exclusivamente no recinto da Comissão, seguindo o Regimento da Casa e a decisão tomada pela Presidência do Congresso Nacional.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não significa a sala, viu? O recinto da Comissão pode ser mais amplo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Não é no banheiro. É aqui mesmo, dentro da Comissão, no local do debate. A gente sabe onde é que fica a lista de presença. Daqui a pouco vai ficar no plenário do Senado. E aí, se for o recinto do Senado, vira uma coisa desorganizada. Como todos querem organização, disciplina e respeito ao Regimento, tenho certeza de que todos vão seguir o Regimento. É o apelo que eu faço. A gente pode ser superado na tese, na discussão e na votação, mas dentro dos princípios democráticos.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Está deferida a questão de ordem de V. Exª.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – O procedimento será dessa forma.

Havendo número para deliberação, não havendo mais...

Deputado Sérgio Zveiter, V. Exª...

Deputado Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Quero cumprimentar o Deputado Leonardo Picciani, o nosso Senador Vital do Rêgo, o ilustre Deputado Carlos Zarattini e dizer que o Deputado Zarattini teve, na Câmara, um papel fundamental na condução daquele acordo que resultou naquele substitutivo ao projeto do Senador Vital do Rêgo, que acabou sendo derrotado por um número pequeno de votos, nove votos, no Plenário da Câmara e que com uma ou outra pequena alteração deve servir de base para nossa discussão, para que a gente não saia repetindo uma série de reuniões, uma série de convites a pessoas que já foram ouvidas, que já falaram, que já debateram. Essa questão está madura.

Talvez aqui, introduzindo o desejo da Presidente de destinar os recursos para a educação, nós não vamos avançar muito mais além daquilo que nós já avançamos na Câmara. Falo pelo menos do lado dos Estados e Municípios produtores. Assim também como acho que os Estados não produtores também



não vão avançar muito. O trabalho foi muito bem elaborado, chegamos a uma posição muito madura, consequente, que não inviabiliza os Estados e Municípios produtores e já começa com uma receita para os Estados e Municípios não produtores.

Acho que, se a gente, com todo respeito ao plano do Deputado Zarattini, começar ouvindo de novo todo mundo, uma série de palestras, debates, nós vamos perder tempo e não vamos avançar. Não vamos avançar. Acho que nós temos que pegar a medida provisória, pegar o espírito da medida provisória, o espírito do substitutivo construído por V. Exª com o apoio de todos nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quase todos.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Todos nós! Todos nós! Mesmo quem foi contra foi vencido pela maioria. Essa é a regra da democracia, não é? Há de convir que o nosso entendimento é muito melhor do que qualquer tipo de situação de confronto que leve à inviabilidade do Estado do Espírito Santo, do Estado do Rio ou de qualquer Município.

Sei até que, quando o Senador Vital do Rêgo construiu a sua proposta aqui, no Senado, essa era a sua intenção, mas não foi o que, de fato, acabou sendo enviado para a Câmara e que foi corrigido no substitutivo que V. Exª construiu, aprimorou, vamos assim dizer.

Então, com toda sinceridade, com toda franqueza, acho que fazer aqui uma agenda longa de repetição de discussão, de debate, para discutir as linhas geodésicas do IBGE, por que o poço tal rende tanto e beneficia o Município tal, questões que já discutimos exaustivamente, não contribui para a solução. O que contribui para a solução é confrontar a medida provisória com seu substitutivo, fazer o casamento dos dois e decidir. Isso é que vai resolver. Assim eu penso. Só quero colaborar na propositura, ao contrário do que foi aqui, para ver se é possível...

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC. *Fora do microfone.*) – Fazer o casamento é difícil.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não, não é difícil não. V. Exª sabe, Deputado Espiridião Amin, que eu fui professor da classe de casais da minha igreja durante oito anos. Então, sou especialista em salvar casamentos.

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC) – Se V. Exª me permite, mas ninguém casa ninguém.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Casa sim.

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC) – O sacramento do casamento é feito, é praticado pelos nubentes.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não vamos discutir casamento. V. Exª entendeu o sentido figurado.

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC) – (*Intervenção fora do microfone.*)



O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – É, mas vamos ao que interessa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quando vier uma medida provisória tratando de casamento, nós teremos...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu quero propor a redução dessa proposta de audiência pública. Há audiências demais, reuniões demais. Eu quero reduzir isso. Eu acho que estou dando uma contribuição, porque vamos fazer um monte de audiências que já fizemos, em que já ouvimos. Todos nós aqui já sabemos o que vai falar o representante da ANP, o da Petrobras, o secretário de petróleo do Rio de Janeiro, o secretário de petróleo do Espírito Santo, o Governador do Rio, o Governador do Espírito Santo. Todos nós já sabemos o que vão falar aqui. Como vamos repetir tudo o que já foi feito? Vamos ser objetivos. Há a medida provisória e há o seu substitutivo, que é muito bom. Vamos fazer um encontro. O Deputado Espiridião Amin, me parece, é um profundo crítico à palavra casamento. Ele gosta de viver o casamento, mas não gosta tanto de falar do casamento. Eu prefiro que partamos para uma solução mais objetiva. Essa é a minha proposta.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Pela ordem, o Deputado Espiridião Amin e, em seguida, o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado.

O SR. ESPIRIDIÃO AMIN (PP – SC) – Eu fiz aquela intervenção até em homenagem ao profundo conhecimento teológico que todos nós sabemos de que é dotado o nosso querido amigo, o Deputado Garotinho. Não vou voltar ao assunto, porque acho que, objetivamente, nós temos dois assuntos para tratar nesta medida provisória: um é a destinação, como foi salientado há pouco, mas não é o único assunto.

Sobre esse assunto, a única consulta adequada que acho que a Comissão deve fazer é ao Plano Nacional de Educação, que está votado, está no Senado. Para a consecução dos seus objetivos o montante de recursos desta medida provisória é muito importante, assim como para a parte de ciência e tecnologia e outras, mas especialmente educação. Ou seja, qual é o norte que nós temos? É o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Câmara e que está no Senado. Eu confesso que não sei em que estágio está, mas foi aprovado pela Câmara. Então, mais até do que a SBPC, que participou lá das reuniões, eu acho que o Plano Nacional de Educação é um instrumento básico para que se debata a destinação dos recursos, sem prejuízo de outras contribuições. A SBPC sempre trará boas informações e boas ponderações.

Agora, quanto à outra parte, acho que o Deputado Garotinho foi muito feliz. Fazer mais do que foi feito naquele âmbito, pelo menos em nível da Câmara dos Deputados, é impossível, até pelo tempo que se levou.

Deputado Zarattini, ficamos quanto tempo naquilo?



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Quatro meses.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Não! Desde março até dezembro. Quer dizer, ficamos oito, nove meses toureando, brigando, disputando, discutindo, até que se conseguiu uma proposta que não era o consenso, mas virou consenso na hora do voto, como disse o Deputado Garotinho.

Portanto, na Câmara, há duas posições. Uma é o 2.565, como saiu do Senado, que, por razões políticas e regimentais conhecidas, foi vitorioso, sem falar no documento que a Confederação Nacional dos Municípios distribuiu sem autenticação no dia da votação, o que, a meu ver, foi determinante para a derrota ou vitória por nove votos – acho que foi determinante. Confere? Acho que aquele documento foi determinante.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Induziu muita gente a erro ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Sim! E até a erro induziu.

Mas, sem entrar no mérito, há duas posições na Câmara. Há a posição original do 2.565, e a posição que, digamos, é uma suavização, um aperfeiçoamento, um aprimoramento – ou outro nome que se dê –, mas não é uma coisa que caiu do céu; é um aprimoramento do texto do 2.565. Então, querer ignorar isso eu acho que é faltar com o dever de conhecer a realidade.

Repito: quanto à destinação, a única contribuição que eu acho que nós devemos a ela dedicar é o Plano Nacional de Educação, que é fruto de um debate e que, aliás, já deveria estar aprovado desde 2011. Se for aprovado neste ano, vai mudar de década para decênio a sua vigência – é preciso mudar o substantivo.

Na questão da destinação, devemos nos curvar a quê? Pode ser aperfeiçoado? Pode, sempre pode. Mas nós temos duas propostas concretas a considerar.

Essa é a contribuição que eu dou.

Estamos ansiosos para votar. Quero explicar que eu sou suplente do Deputado Beto Mansur. Como ele não está, é claro que teremos um voto só: ou eu voto ou o Deputado Beto Mansur.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, antes de tudo, parabeno os dois que já foram eleitos por aclamação e o nosso futuro Presidente, que será eleito também.

Eu quero começar pela concordância com o que disse o Deputado Garotinho ao final. Evidentemente, no mérito, nós estamos em campos completamente opostos, mas, na forma, nós estamos concordando.

Eu acho que não temos que perder mais tempo. As posições estão bastante estabelecidas. Até lamento.



E eu quero logo ser sincero. Gente, é muito difícil que, nesta Comissão, quando for a voto, não seja aprovado o 2.565, não retorne o espírito do 2.565. Vai por voto, vai-se discutir, pode fazer o que for, mas é outra questão. As posições já estão estabelecidas. Não vai ser aqui que se vai formar consenso, a não ser entre os Líderes do Rio de Janeiro, que, parece-me – não faço nenhuma alusão pessoal – fizeram muito esforço para estar aqui.

De certa forma, esta Comissão não reflete a realidade dos votos do Plenário. Não há como! Aquele Líder de Bancada grande que ficar contra a sua Bancada corre o risco de ser destituído, porque isso vai esquentar, isso não vai ficar assim.

Os governadores estão vindo aí para conversar com o Presidente da Câmara. Hoje nós vamos ter a decisão do Supremo Tribunal Federal. Os Estados estão em situação de pobreza absoluta. Os Municípios estão mendigando. Os prefeitos eleitos... Não há como um representante de um Estado que está se sentindo lesado não votar a favor do seu Estado, do seu Município

Então, eu acho que, quanto mais rápido se resolver isso, melhor. Nada de ficar discutindo. As posições já estão tomadas. Cada um que discuta internamente com sua Bancada e resolva o posicionamento. Mas não vai ser ouvindo o Governador do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do Ceará, do Maranhão, do Mato Grosso, que nós vamos mudar posição aqui. Não vai!

Então, eu acho que nós devemos realmente simplificar esse processo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – O Senador Sérgio Souza está inscrito. Eu passo a palavra a ele. Em seguida V. Exª .

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Muito obrigado. É bem rápido. Eu gostaria só de contraditar a opinião do Senador... Deputado Garotinho. Eu acho que este não é um tema assim tão simples. É um tema muito polêmico. Já foi debatido aqui

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu agradeço a profecia do senador, mas eu sou candidato a governador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Mas, Deputado, é um tema muito polêmico. Nós debatemos isso extensivamente no Senado, na Câmara. Votamos algo que foi à Presidente da República. Vieram vetos. E hoje gerou, inclusive, imbróglio que está numa decisão liminar do Supremo Tribunal Federal que tranca a pauta do Congresso Nacional – e talvez teremos hoje à tarde –, devido à questão dos *royalties*.

Então, é um tema que, na minha opinião, deve ser aprofundado. E nós temos tempo, nós temos tempo, sim, se nós começarmos a trabalhar agora, para debater com os atores principais e aqui sugeridos, como a ANP, o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras, os governos, ou seja, as unidades federativas produtoras e as não produtoras e também o setor que mais interessa neste



momento e que vai receber, pela sugestão da MP, boa parte ou grande parte desses recursos, que é a educação.

Eu gostaria de ver um debate amplo, porque acho que a sociedade brasileira, os Municípios, os municípios, os cidadãos brasileiros têm interesse em ver esse debate um pouco além de uma simples votação nossa aqui na Comissão. Nós sabemos que os debates vão ocorrer aqui nesta Comissão, não vai ser depois na Câmara e nem no Senado Federal, muito menos no Senado, porque as MPs chegam ao Senado com um prazo exíguo. Por exemplo, nós vamos votar duas hoje em plenário no Senado cujo prazo vence amanhã, senão, elas caem. E a Câmara também, com a formação das Comissões Mistas, não tem mais tempo de debater amplamente essa questão das medidas provisórias.

Os debates devem ocorrer aqui. E agora é a oportunidade de fazermos isso.

Pelo que entendi da sugestão do Relator, Deputado Zarattini, ele quer ouvir a opinião da sociedade, já definida num plano de trabalho, para que os senhores parlamentares e para que ele possam consolidar isso num relatório. Talvez, Deputado Garotinho, seja justamente isto: uma forma de aproveitar o substitutivo do Senador Vital do Rêgo com a medida provisória. Agora, como é que ele vai chegar a isso, aí seria...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não. O Substitutivo do Deputado Zarattini com a medida provisória.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Perfeito. E eu acho que ele quer ouvir a sociedade realmente para fazer essa análise e achar uma solução que seja boa para todos nós, que representamos aqui os nossos Estados e o nosso povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de ir ao encontro...

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Eu gostaria de ir ao encontro da maioria dos membros da Comissão – tive o prazer de ouvi-los –, inicialmente transmitindo ao Deputado Esperidião Amin que, no Senado, o Plano Nacional de Educação – já tive conhecimento, porque tomei essa informação para lhe passar neste momento – está com o Senador José Pimentel na Comissão de Assuntos Econômicos.

Entendo, Sr. Presidente, que se o Senador Sérgio Souza trouxe a questão das linhas geodésicas, por uma preocupação federativa do seu Estado, do Paraná, e de outros Estados da Região, foi porque nem o substitutivo nem o substitutivo do Deputado Zarattini atacou esse problema, atacou essa questão, que traz para o Estado de S. Ex^a uma grave injustiça, até porque a metodologia e a forma como está sendo tratada essa questão ocasionam prejuízos econômicos muitos fortes ao seu Estado.



Mas eu trago, Sr. Presidente, uma proposta que certamente vai ao encontro da maioria dos nossos Deputados e Senadores que se propuseram aperfeiçoar a proposta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP – SC) – Pedi um aparte para não ter que pedir a palavra de novo. Porque este assunto linhas geodésicas também está no Supremo. Em 1990, complementando uma iniciativa que tomei como Governador em 1986, Santa Catarina impugnou as linhas fixadas arbitrariamente pelo IBGE e, além de sermos litigantes com o Paraná, que foi o beneficiário do petróleo extraído, tendo como base o Porto de Itajaí – mas não quero entrar no mérito, só que isso é um fato, a base de operação era Itajaí, só que a linha geodésica inflete para o Sul. E o Estado de São Paulo, do Deputado Zarattini, é litisconsorte. Então, se nós levarmos para a questão de linha geodésica, tanto Ministros do Supremo quanto alguns de nós, temos que reconhecer que somos suspeitos. Eu sou suspeito. Eu tenho posição a respeito.

Então, é um aparte para não prolongar o assunto, porque senão vai dar outra ação. Mas está no Supremo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Esclarecedor o aparte de V. Ex^a.

Em resumo, eu gostaria de retirar, sugerir a retirada da parte política da proposta de audiências públicas e ficarmos na parte técnica. Por quê? Porque nós temos que saber como anda a Petrobras, a ANP e o Ministério das Minas e Energia com relação à produção atual e a perspectiva futura e essa questão da destinação dos *royalties* no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação e outras questões.

Então, Sr. Presidente, para não tomar muito tempo – nós estamos com um prazo já se esgotando, temos votação –, eu gostaria de retirar e solicitar do Relator a retirada.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar pela sua visão, porque o que nós temos que discutir aqui é justamente isto: é a produção e a destinação. E pronto.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – De acordo, Deputado Carlos Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – De acordo com a proposta do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Eu vou passar à votação, dado o adiantado da hora.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o plano de trabalho apresentado pelo relator, Deputado Carlos Zarattini, com as alterações propostas pelo Senador Vital do Rêgo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o plano de trabalho.

Vamos passar à escolha do Presidente da Comissão.



A presente reunião destina-se à eleição do novo presidente, tendo em vista a renúncia do Senador Sérgio Souza, conforme Ofício nº 42, de 2003, lido na sessão do Senado em 21 de fevereiro de 2013.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão é de responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição do Presidente da Comissão.

Consulto o Plenário se podemos fazer esse processo por aclamação.

(Pausa.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Picciani. PMDB – RJ) – Havendo o acordo, passamos ao processo de escolha por aclamação.

Informo que foi indicado pelas Lideranças o Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, para Presidente.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleito, por aclamação, o Senador Vital do Rêgo Presidente desta Comissão.

Desejo boa sorte nessa tarefa ao Senador Vital do Rêgo e passo a Presidência da Comissão ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^{as} o gesto de confiança e apoio à condução dos trabalhos nesta Comissão.

Eu gostaria de fazer uma indagação. Nós temos um prazo: segundo informa a Secretaria, nos próximos 60 dias, prazo que se expira no dia 13 de março; com mais 60 dias regimentais, nós teríamos até 13 de maio. Nós temos que dar um tempo necessário aos Plenários da Câmara e do Senado para a manifestação.

Temos agora, dentro do plano de trabalho aprovado, que criar um calendário. Eu consultaria V. Ex^{as}, inicialmente, antes de enveredar pelos caminhos do calendário, qual seria a data, ou melhor, o dia da semana que melhor, Senador Sérgio Souza, poderia coincidir com a agenda de V. Ex^{as}, terça ou quinta? Quarta está fora de questão. Seria, Deputado Mendonça Filho, terça ou quinta?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Terça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós deixaríamos marcado, de forma ordinária, semanalmente, terça ou quinta

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Terça ou quinta de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Terça ou quinta de manhã.



O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – O problema é que, terça-feira de manhã, há reunião de Líderes. Eu não tenho como.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Terça à tarde ou quinta pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Colocaria terça à tarde...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Terça, nesse horário de 14 horas, é bom porque ainda está na sessão ordinária. Não tem Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, fica marcado terça à tarde, Presidente Picciani, Relator Zarattini? (*Pausa.*)

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Terça, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como regra, terça, às 14 horas. Seria nossa reunião ordinária.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou me permitir montar com o Relator e com o Vice-Presidente esse calendário proposto, e passarei imediatamente, por meio eletrônico, ao gabinete dos senhores, dentro do que foi aprovado nesta Comissão.

Consulto se há mais algum assunto a tratar.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não, Sr. Presidente. Apenas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Garotinho, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – ... de fazer uma pequena observação: nós devemos ter agilidade, sem açodamento.

O que eu chamo agilidade sem açodamento?

Há uma questão contra a qual nós não temos o que fazer. Qual é? O princípio da anterioridade e o princípio da anualidade tributária. Então, se nós mexermos na lei agora, em setembro, ou em junho, ou em novembro, o que nós decidirmos, por esses princípios consagrados no Código Tributário nacional e na própria Constituição do País, só vai vigorar no ano que vem, para o próximo exercício.

Então, que a gente seja ágil para tomar a decisão – como eu propus aqui um calendário ágil –, mas não precisa ser de maneira açodada, porque o que a gente for decidir só vai vigorar a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Nós não vamos decidir nada para vigorar no mês que vem ou, como disse aqui, em discurso inflamado, o Deputado Zequinha Sarney, que os Municípios estão desesperados, precisando de recursos. Bom, nós não vamos resolver aprovando isto aqui hoje, ou amanhã, ou em setembro; o que a Comissão decidir e o Plenário aprovar só vai vigorar no ano que vem.

Então, que a gente tenha cautela e agilidade, caminhando uma ao lado da outra.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 20

Medida Provisória 592/2012 (2ª Reunião)

27/02/2013

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convoco V. Ex^{as}, antes pedindo o apoio dos senhores para aprovação da ata da reunião anterior.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da 1ª Reunião.

Estão convocados V. Ex^{as} para a próxima reunião ordinária desta Comissão.

Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(*Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e dois minutos.*)